



UNIFEOB

CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS

ESCOLA DE NEGÓCIOS ONLINE

<Tecnologia em Logística/Marketing>

PROJETO INTEGRADO

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
EMPRESARIAL

<BANCO INTER S.A.>

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

NOVEMBRO, 2020

UNIFEOB

CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS

ESCOLA DE NEGÓCIOS ONLINE

<Tecnologia em Logística/Marketing>

PROJETO INTEGRADO

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
EMPRESARIAL

<**BANCO INTER S.A.**>

MÓDULO FUNDAMENTOS EMPRESARIAIS

FUNDAMENTOS DE ECONOMIA – PROF^a ELAINA CRISTINA
PAINA VENÂNCIO

FUNDAMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO – PROF^a RENATA
ELIZABETH DE ALENCAR MARCONDES

ESTUDANTES:

JÚLIO CÉSAR DA FONSECA, RA

1012020100412

LUDSON EVERTON PEREIRA, RA

1012020100394

LUIS CARLOS DA SILVA MORAES, RA

1012020100442

MARIA EDUARDA SILVA CAZAROTO, RA

1012020100455

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

NOVEMBRO, 2020

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2. DESCRIÇÃO DA EMPRESA	5
3. PROJETO INTEGRADO	6
3.1 FUNDAMENTOS DE ECONOMIA	6
3.1.1 O PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)	6
3.1.2 DESENVOLVIMENTO E CRESCIMENTO	6
3.2 FUNDAMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO	7
3.2.1 AMBIENTE ORGANIZACIONAL	7
3.2.2 O MERCADO EXTERNO	7
4. CONCLUSÃO	8
REFERÊNCIAS	9
ANEXOS	10

1. INTRODUÇÃO

Apresentaremos aqui a trajetória de um dos maiores e pioneiros bancos digitais do Brasil, tratando-se em atender ao seu público com as vantagens de movimentação de conta sem nenhum custo sobre serviços básicos. Mostraremos a grande transformação que houve no banco, desde a mudança de nome, ao ramo de atuação, passando de financeira no crédito imobiliário para crédito consignado, se consolidando e tornando um dos nomes mais conhecidos no ramo atual.

Mostraremos sua trajetória, os impactos econômicos e a forma administrativa para que hoje seja o banco com recordes (correntistas), (120%) e maiores lucros dentro do terceiro trimestre 2020(349 mi) referente ao mesmo período do ano anterior. *(Relatório gerencial e demonstrações financeiras 3T20).*

2. DESCRIÇÃO DA EMPRESA

A financeira Intermedium CFI foi fundada em 1994, na cidade de Belo Horizonte por membros da família Menin proprietária do grupo MRV Engenharia. O propósito inicial era fomentar operações de Crédito Imobiliário, entretanto, a empresa acabou de consolidando nos mercados de Crédito Consignado e Middle Market.

Em 2007 houve a reabertura das operações de crédito imobiliário, sendo o refinanciamento imobiliário o principal produto dessa carteira. O ano de 2008 ficou marcado pelo recebimento de carta patente do Banco Central com autorização para operar como banco múltiplo.

No final de 2014, o Banco Inter lançou a Conta Digital, uma conta corrente totalmente gratuita, que pode ser acessada por computadores e celulares e permite depósitos, transferências, pagamento de boletos, saques em qualquer caixa Banco 24 Horas, entre outros serviços. Em abril de 2016, assim que a resolução nº 4.480 do Banco Central do Brasil passou a vigorar, a abertura de novas contas digitais foi solicitada.

Em 2016, o banco registrou um lucro líquido de R\$ 25,5 milhões, com expansão de 10,3% da carteira de crédito para R\$ 2,3 bilhões de reais, dentre os quais 52,5% correspondem ao crédito imobiliário. Já a captação de recursos avançou 32,5% e somou R\$ 2,7 bilhões em dezembro de 2016. Neste ano, o Banco ficou em 14º lugar do ranking GPTW (Melhores Empresas para se Trabalhar) na categoria 250 a 999 funcionários em Minas Gerais.

Em 8 de junho de 2017, o banco promoveu uma renovação em sua marca. De Intermedium, passou a se chamar Banco Inter. No primeiro semestre de 2017, o Banco Inter contava com 184,7 mil correntistas digitais, crescimento de 804% em relação ao 1º semestre de 2016, com o número de transações realizadas crescendo 29 vezes no mesmo período. O lucro líquido atingiu R\$ 22,1 milhões no período, aumentando anual de 83,6%.

No dia 30 de abril de 2018, o Banco Inter anuncia a abertura de capital na B3, com suas ações precificadas a R\$ 18,50, tendo conseguido R\$ 721 milhões. Nos primeiros cinco dias de seu IPO, chegou a custar R\$ 21,50, porém estabilizou em R\$ 18,95. O banco chegou a bolsa valendo aproximadamente R\$ 1,9 bilhão, chegando a R\$ 8,5 bilhões em julho de 2019.

Em uma oferta secundária de ações em julho de 2019, o banco levantou 1,3 bilhões de reais. Desses, 380 milhões de reais foram para acionistas preferenciais, e, do restante, 90% foi para o SoftBank, que passou a deter 10% do capital do banco.

Em agosto de 2019, o Banco Inter atualizou seu aplicativo para smartphones com uma nova ferramenta que permite que clientes possam ter cashback fazendo compras em diversas lojas. A instituição financeira também anunciou uma parceria a provedora de seguros MetLife, que passou a oferecer planos odontológicos em seu aplicativo para Android e IOS. A solução é 100% digital.

3. PROJETO INTEGRADO

3.1 FUNDAMENTOS DE ECONOMIA

Não restam dúvidas de que 2020 foi um ano atípico. Um acontecimento inesperado que gerou diversos tipos de reações e que terá consequências ainda imprevisíveis.

As taxas de juros foram levadas ao piso ou além dele, e a injeção de dinheiro não só foi brutal, como muito rápida.

No Brasil, num primeiro momento, se previu uma queda brutal no crescimento e deflação, mas a realidade foi diferente. O desemprego em massa não aconteceu e acabamos vendo uma distribuição de renda sem precedentes e, em muitos casos, o aumento do poder aquisitivo de alguns grupos. Tivemos uma grande inversão nos hábitos de consumo (devido as pessoas estarem em casa) e na matriz econômica.

Um dos resultados imprevistos foi a inflação. Alguns setores, seja por falta de matéria prima ou por aumento na demanda, quando não por ambos, puxaram o índice para cima (ok, isso era previsível). Na outra ponta, temos um Banco Central que puxou ao limite, um limite que não tinha qualquer parâmetro, a taxa de juros. Somado a isso, uma dívida pública que cresceu absurdamente. Mas a grande preocupação não é necessariamente com o tamanho da dívida, mas com a trajetória dela, se estava entrando em uma tendência de decréscimo, isso agora já é uma grande dúvida.

Isso porque o Estado brasileiro, aquele gigante que consome muito em troca de muito pouco, estava indo bem, deixando de gastar mais do que arrecadava e caminhando em relação às reformas estruturais que tanto precisa. Mas a crise deixou novamente eufórica e ávida por dinheiro a nossa classe política, que antes parecia estar criando responsabilidade.

Portanto estamos em uma encruzilhada. Ainda há tempo para voltarmos aos trilhos e buscarmos a trajetória de crescimento. Na outra ponta, podemos descarrilar e estar em uma espiral de inflação e dívida elevada que acabaria por nos deixar ainda mais pobres e desiguais. Ou ainda, como já vimos tantas vezes, voltaríamos para o mesmo ponto, porém com uma dívida mais alta.

3.1.1 O PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)

A produção global de bens e serviços de um país é mensurada através do Produto Interno Bruto (PIB). No cômputo da produção total são descontados os gastos com insumos utilizados no processo produtivo durante o exercício econômico. Essa produção é medida com a soma do total do valor adicionado bruto gerado por todas as atividades econômicas do país que abrange os setores agropecuário (agricultura, extração vegetal e pecuário), industrial (extração mineral, transformação, serviços industriais de utilidade pública e construção civil) e serviços (comércio, transporte, comunicação, serviços da administração pública e outros serviços).

O PIB é medido pelo IBGE de acordo com a metodologia proposta pela Organização das Nações Unidas (ONU), levando em consideração levantamentos e sistematização de informações primárias e secundárias necessárias. Neste artigo serão discutidos os principais aspectos determinantes da trajetória do PIB brasileiro a partir do ano de 1993.

A partir de 1994, com a adoção do Plano Real – considerado um dos mais bem-sucedidos planos de estabilização da economia brasileira –, o país conseguiu se restabelecer, livrando-se da indexação da economia, resultando na redução considerável dos exagerados níveis inflacionários. Em contrapartida, a suscetibilidade externa aumentou devido à elevação da taxa de juros e ao câmbio “sobre desvalorizado”. Tal

fato cerceou o crescimento econômico, agravando o problema das contas públicas. De acordo com a tabela acima observa-se a melhora no quadro econômico de 1993 para 1994, com a elevação do PIB em 1%, devendo-se principalmente aos reduzidos índices de inflação a partir de julho de 1994, revelando saldos positivos para a produção e para o consumo. Segundo informações do DIEESE (2010), os índices econômicos do primeiro semestre de 1994 apresentaram picos de inflação, quedas da massa salarial e estagnação do nível da atividade econômica. No semestre seguinte, houve uma reversão gradual desta tendência, pois neste período a implementação do Plano Real estava praticamente concluída na economia. O sucesso da implantação do Plano Real teve como principal elemento a mudança do regime cambial, uma vez que garantiu a estabilidade do nível de preços internos.

O PIB fechou em 5,9% em 1994 e o setor industrial apresentou expansão de 7%. A agropecuária mostrou crescimento ainda maior, de 7,6% confirmado pela safra recorde de cerca de 80 milhões de toneladas de grãos. O setor de serviços cresceu 4%, menos que os outros setores, o que se explica, em parte, pelo efeito de desaparecimento do ganho inflacionário, que antes contribuiu para o grande desenvolvimento de recursos no sistema financeiro. (MARQUES, 2006, p. 236)

De 1994 para 1995, a taxa de crescimento do PIB foi negativa. Esta variação foi reflexo principalmente da crise mexicana, que impactou no fluxo de capitais dos países emergentes, assim como o Brasil. De acordo com Marques (2006), no primeiro trimestre de 1995, a economia manteve-se em expansão, apresentando uma taxa de crescimento (ajustada sazonalmente) de 3,1% em relação aos últimos três meses do ano anterior. Entre junho de 1994 e março de 1995, a produção industrial mostrou uma elevação de 15,5%. Até março de 1995, a produção de bens duráveis era o maior responsável pelo crescimento industrial. Por outro lado, o setor de bens de capital possuía grande representatividade na ampliação da capacidade de oferta da economia, atingindo 27,2% de crescimento. A queda abrupta da inflação ocasionou efeitos expressivos sobre o poder de compra da população. Paralelamente, o acréscimo salarial

aliado ao aumento do nível de emprego estimulou o consumo. Os dados do comércio do Estado de São Paulo apontam que o Real foi bastante impactante sobre o consumo. “O faturamento cresceu quase 18% em março de 1995 em relação a março de 1994 e registrou-se elevação de 57,6% nas vendas do setor de bens duráveis no mesmo período” (MARQUES, 2006, p. 236). Portanto, de um ano para o outro, as vendas de automóveis, eletrodomésticos da linha branca e outros produtos duráveis cresceram mais de 50%. Por isso, o Brasil passou a adotar algumas medidas restritivas – aumento dos empréstimos compulsórios, restrições de crédito e juros altos – que sacrificaram os níveis de crescimento atingidos no início de 1995. Tal medida foi utilizada a fim de amenizar os déficits na balança comercial e prevenir uma eventual inflação de demanda.

O Brasil termina 1996 com a taxa de crescimento do PIB negativa em relação a 1995. Este resultado foi reflexo, principalmente do déficit nas contas públicas, originado pelo saldo negativo da balança comercial e pelo desemprego.

Ao longo dos últimos anos, a queda de participação relativa ao setor industrial e agropecuário no produto interno bruto (PIB) foi compensada pela expansão relativa do setor de serviços. “A partir do começo de 1995, o desaquecimento econômico acarretou a exclusão de postos, especialmente na indústria.” (DIEESE, 2010).

Além disso, em 1996, o setor terciário perdeu grande parte de seu dinamismo, baixando expressivamente o taxa de crescimento do PIB em relação aos anos anteriores. O período de 1997 a 2000 foi bastante marcante no governo de Fernando Henrique Cardoso, pois neste período a país passou por duas crises que impactaram diretamente no cenário econômico nacional. A primeira delas foi a Crise Asiática, ocorrida em 1997. No ano seguinte a Crise da Rússia, seguida pela Crise Brasileira em 1999.

A Crise Asiática teve início na Tailândia. Os países denominados Tigres Asiáticos foram atingidos por um momento de desvalorização cambial, perda de reservas e seguidas reduções nas suas bolsas de valores. Com isso, esses países passaram a sofrer com as incertezas políticas e também com problemas financeiros, o que levou a especulação das moedas locais e a perda de suas reservas. Os reflexos dessa

crise foram percebidos também nas economias dos países emergentes, dentre elas a do Brasil, que em outubro de 1997 registrou uma drástica queda na Bolsa de Valores de São Paulo. Com essa incerteza na economia nacional, houve também tentativa eminente de especulação do Real, conforme ocorrido na crise que atingiu o México, fazendo com que as reservas brasileiras, que estavam elevadas, sofressem uma grande redução. Para tentar corrigir esse momento desfavorável da economia, foi adotada uma elevação da taxa de juros, praticamente o dobro. Com esse aumento dos juros, o Brasil conseguiu minimizar os impactos dessa crise, porém, como consequência, ocorreu uma diminuição da produtividade e um aumento do desemprego. Após esse período de turbulência, a taxa de juros voltou a “normalidade”. Em 1997, foi possível observar o aumento da dívida externa brasileira, quando o déficit em conta corrente foi de quase 4% do PIB. Apesar da instabilidade econômica mundial vivida, o Brasil apresentou um aumento de 3,4% no seu PIB. O PIB de 1998, apontou que o país não cresceu, ficou estagnado, fato plenamente justificado pela crise que ocorrera na Rússia.

Os sintomas dessa anormalidade econômica impactaram diretamente na economia nacional. O PIB Brasileiro, em 1998, fechou em 0,00%. A crise que atingiu os países asiáticos em 1997 foi um dos fatores que contribuiu para a eclosão da crise russa. O país apresentou déficit externo muito elevado e anunciou moratória e desvalorização da moeda. O governo russo não conseguia mais pagar os salários, o que causou grandes manifestações da população. A taxa de desemprego disparou, fazendo com que grande parte da sociedade ficasse na miséria. Com essa desvalorização cambial, houve crescente redução na bolsa de valores, diminuindo assim os investimentos internacionais e também a defasagem de suas reservas, perdendo muito capital. Os reflexos dessa crise foram plenamente verificados no Brasil, pois como já presenciado nas crises mexicana e asiática, o remédio adotado pelo país foi a elevação da taxa de juros.

O Brasil elevou sua taxa de juros a 42%, porém o efeito esperado, de estabilizar a economia, não aconteceu. Novamente o Real foi alvo de especulação, fazendo com as reservas cambiais do país tivessem queda acentuada e as exportações brasileiras foram muito comprometidas. Já pensando no próximo mandato, no final de 1998, o governo

FHC buscou realizar um acordo com o FMI para que o ano seguinte não fosse comprometido.

Em 1999, o PIB nacional não teve um desempenho considerável, a taxa de crescimento foi de 0,3%, resultado devido a uma nova crise que ocorreu no país, a crise brasileira, que adotou uma política de desvalorização do Real, pois a queda acentuada das reservas no ano anterior forçou o país a acabar com a estabilidade monetária. O câmbio deixou de ser fixo e passou a ser flutuante. Os efeitos dessa desvalorização da moeda fizeram com que o preço dos produtos importados apresentassem incrementos significativos. Com essa elevação dos preços, aliado à adoção de elevação da taxa de juros, o país não conseguiu atingir um patamar satisfatório de crescimento. Já no ano 2000, o Brasil voltou a apresentar uma aceleração do crescimento, o PIB cresceu 4,3%.

O aquecimento da economia estava relacionado com a diminuição das taxas de juros, imposta rigidamente para ficar no patamar de 15% no ano anterior, o grande período em que o Real manteve-se estabilizado nos anos anteriores e com a recuperação da confiança, consequência do cumprimento do acordo com FMI. O ano de 2001 foi marcado por uma desaceleração econômica, a taxa de crescimento do PIB foi de apenas 1,3%. Isso aconteceu devido à crise energética vivenciada pelo país e pela insegurança nos mercados externos, provocados pela crise da Argentina e pelos atentados terroristas contra os Estados Unidos.

Com isso, o mercado de câmbio passou por algumas oscilações, na qual o Real sofreu uma depreciação média de 28,3% ao ano e a taxa cambial variou de R\$1,95/US\$, em Janeiro para R\$2,36/US\$ em Dezembro. Apesar disso, o impacto da desvalorização cambial sobre os preços não foi tão acentuado, o IPCA cresceu 6,8% no ano, justificado pela diminuição da demanda do consumidor e pela paralisação do mercado de trabalho, em relação a novas contratações e a rentabilidade real. Além disso, a crise energética também impactaria o nível de preços, e assim, o país operou com uma política monetária retroativa, através do aumento da taxa básica de juros e dos depósitos compulsórios, para permanecer dentro da meta inflacionária. O colapso energético ocorrido no Brasil neste período comprometeu o fornecimento e distribuição de energia elétrica do país. Esta crise interna, que obrigou os brasileiros a racionar energia, aconteceu por dois principais motivos: a pequena quantidade de chuva, que deixou

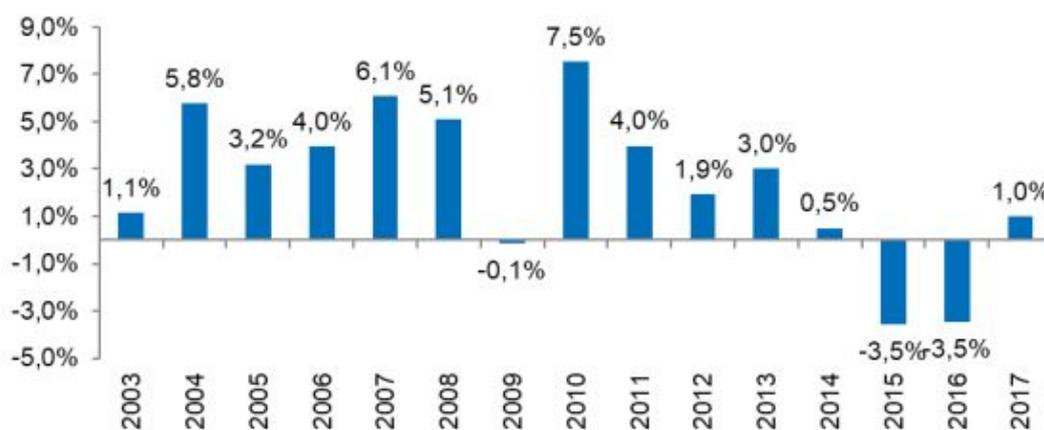
inúmeras represas vazias, e pela carência de planejamento e de investimento, tanto na geração como na distribuição da energia elétrica.

Em 2001, a economia da Argentina, que estava atrelada ao câmbio fixo, no qual um peso era equivalente a um dólar, tentou negociar suas dívidas, porém só aprofundou ainda mais a crise. Em dezembro, o país declarou a moratória de sua dívida, neste mês, o Presidente Fernando de La Rúa renunciou, e em seguida, outros quatro presidentes assumiram o cargo e renunciaram em 12 dias. A taxa de crescimento em 2002 foi de 2,7%, ocasionada devido a vitória nas eleições presidenciais do país pelo candidato de oposição, Luiz Inácio Lula da Silva, que trouxe incerteza quanto à sustentação da política econômica, o chamado risco-Lula, nome que faz alusão ao risco-país. O risco-país tenta medir a instabilidade econômica em um país e assim o risco que você assume ao investir nele, quanto maior, menores serão as chances de atrair investidores estrangeiros. Esse fator, aliado à degradação da economia e da política da Argentina, resultou na queda do fluxo de capitais e aumentou o risco dos países emergentes, pelo provável ataque ao Iraque pelos EUA, que provocou instabilidade nos preços internacionais do petróleo e afetou os preços internos de seus derivados.

Em consequência desses fatores, o aumento da taxa cambial não só continuou como passou a influenciar os preços internos e elevar a dívida pública, pois parte dela estava acoplada à moeda estrangeira, terminando o ano com a cotação de R\$3,63/US\$ e com uma depreciação de 52% do Real. Mesmo com a moeda depreciada e com o aumento da inflação, o Banco Central decidiu reduzir para 18% a taxa Selic em julho, agosto e setembro, porém no em outubro teve início um aumento sucessivo da taxa, concluindo o ano em 25%. Em 2002, o que aumentou o nível desta taxa foi o risco-Lula, que trouxe insegurança quanto à política econômica que iria empregar.

Nos últimos anos, a economia brasileira foi marcada por uma forte recessão, após um ciclo de crescimento econômico considerável. O Gráfico 1 apresenta as taxas de crescimento de 2003 a 2017.

Gráfico 1 – Taxa de crescimento do PIB – 2003 a 2017



De maneira geral, a partir dos dados apresentados no Gráfico 1, é possível identificar três períodos distintos, além do ano de 2017, que marca o início da recuperação. No primeiro deles, entre 2003 e 2008, houve um crescimento bastante satisfatório, em que a taxa média ficou em 4,2% ao ano. No segundo período, entre 2009 e 2014, ainda houve aumento de produto, mas já se percebia uma desaceleração de ritmo, com exceção de 2010, ano marcado pela recuperação após a recessão em 2009, bastante influenciada pela crise internacional. O crescimento médio no período já foi bem menor, de 2,8% ao ano. O último período, entre 2015 e 2016, foi caracterizado pela acentuada recessão, acumulando perda superior a 7% para o PIB e a 8% para o PIB per capita. Na sequência, analisa-se brevemente cada uma dessas três fases, além da recuperação verificada em 2017.

3.1.2 DESENVOLVIMENTO E CRESCIMENTO

Segundo Souza (1993), o crescimento econômico é denominado pelo aumento da capacidade produtiva dos bens e serviços de uma nação, determinado pelo crescimento do produto interno bruto (PIB) per capita.

Já o desenvolvimento econômico, segundo Oliveira (2002), deve resultar do crescimento econômico acompanhado da melhoria na qualidade de vida. Ou seja, o primeiro trata da capacidade de crescimento da economia, ou seja, do aumento da produção de bens ou serviços somado à disponibilidade de absorção desse crescimento por parte do mercado.

O Estado de bem-estar social é uma concepção que abrange as áreas social, política e econômica e que enxerga o Estado como a instituição que tem por obrigação organizar a economia de uma nação e prover aos cidadãos o acesso a serviços básicos, como saúde, educação e segurança. O Estado de bem-estar social visa reduzir as desigualdades sociais decorrentes do capitalismo para promover um modo de vida que leve uma condição mais humanitária às classes trabalhadoras e às camadas mais pobres da população.

O Brasil não é uma forte referência ao falar-se em políticas públicas, tomando por base a vivência empírica dos brasileiros. Entretanto, no âmbito mundial, temos políticas públicas valiosas e muito alinhadas à ideia de Estado de bem-estar social.

Uma dessas políticas, que se tornou uma política de Estado sancionada pela Constituição Federal de 1988, é a criação do Sistema Único de Saúde, o SUS. Apesar da falta de verba, da falta de profissionais e da deficiente estrutura, o SUS é um dos poucos sistemas de saúde totalmente gratuito e que se propõe a atender qualquer cidadão no mundo. Para o SUS, não importa a nacionalidade, a condição socioeconômica, a moradia (ou a ausência dela), enfim, independentemente de qualquer fator, a pessoa tem direito ao atendimento de saúde por esse sistema. Essa é uma política pública brasileira que coaduna com a ideia de Estado de bem-estar social, pois utiliza de recursos públicos

para oferecer tratamento de saúde a todos os cidadãos que habitam o território brasileiro.

Outro exemplo de política pública que está embasada na ideia de bem-estar social é a política de educação brasileira. O Brasil oferece, gratuitamente, a educação básica e superior a qualquer cidadão brasileiro e estrangeiro naturalizado ou com visto.

A educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) deve ser garantida a todas as crianças e adolescentes, além de haver políticas públicas para jovens e adultos que pretendam concluir suas etapas. O Estado deve garantir que todas essas pessoas estejam inseridas no quadro discente de escolas públicas.

No bloco da produtividade, a agenda também foi significativa. O destaque ficou por conta da aprovação da reforma trabalhista, mas outros assuntos de grande importância também vêm sendo tratados.

Reivindicação antiga de vários setores da sociedade, a reforma trabalhista sempre foi tida como importante para modernizar as relações de trabalho, buscando aumento da formalização e diminuição do elevado estoque de litígios na Justiça do Trabalho. A versão implementada no governo Temer teve como pilar principal o reforço dos acordos coletivos de trabalho, que podem prevalecer sobre a lei em questões como horário de trabalho, planos de carreira e remuneração por produtividade. Como essas negociações não podem ser revertidas por decisão judicial, a reforma aumenta a segurança jurídica de acordos coletivos. Outra medida trazida pela reforma foi a maior flexibilidade em relação à definição de férias, horas extras e banco de horas, além do fim da contribuição sindical obrigatória.

Entre essas medidas, destacam-se:

- Aprovação da Lei das Estatais, que disciplina a governança das empresas estatais em temas como a constituição e o funcionamento dos conselhos de administração e fiscal, a avaliação de desempenho e a responsabilização dos administradores, prestação de contas e a obrigatoriedade de transparência e publicação de informações relevantes.

- Revisão nas políticas de conteúdo local para o setor de óleo e gás: agenda em andamento, que incluiu diminuição de exigências de conteúdo local nos leilões de 2017 e 2018. As regras para os leilões de 2019 em diante ainda estão sendo discutidas.
- Medidas pontuais, como as relacionadas ao comércio exterior, tal qual a criação do portal único do comércio exterior.

Por fim, é importante mencionar a mudança de orientação do governo em relação à participação do Estado na economia, principalmente quanto aos setores de óleo e gás e energia. No caso do primeiro, além da revisão das políticas de conteúdo local, houve o objetivo de reduzir a interferência na Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), incluindo a sua política de preços, tão afetada no governo anterior.

Já no segundo caso, o governo vem atuando para corrigir as intervenções que prejudicaram o setor, na esteira dos equívocos da Medida Provisória (MP) 579/2012.12. Nesse sentido, uma das principais propostas foi a privatização da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras), que atualmente tramita no Congresso Nacional.

O mercado reage positivamente ao Decreto 9.768 de 16 de abril de 2019, publicado no Diário Oficial da União de hoje, que autoriza a instituição de participação de recursos de estrangeiros no capital social do banco digital.

O texto assinado pelo presidente Jair Bolsonaro destaca que é de interesse do governo brasileiro permitir a participação estrangeira de até cem por cento no capital social do Banco Inter e, indiretamente, no capital social de sua controlada Inter Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

Além disso o decreto traz que caberá ao Banco Central adotar as providências necessárias à execução do disposto.

A notícia vem pouco depois do presidente da instituição, João Vitor Menin, revelar que avalia fazer uma nova oferta de ações ou receber investimento de um sócio

estratégico. Para isso, o banco havia pedido autorização ao governo, que foi concedida hoje.

As regras em vigor determinam que a participação de estrangeiros no sistema financeiro demanda uma manifestação do Presidência da República decretando o chamado interesse nacional.

No entanto, o modelo está para ser modificado, o BC sendo o responsável pela autorização total ou parcial de estrangeiros em instituições financeiras. Além disso, durante o governo Michel Temer já foi facilitada a entrada de estrangeiros no capital das fintechs.

3.2 FUNDAMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO

O cartão do Banco Inter é internacional. É o cartão Inter Mastercard internacional que, no exterior, pode ser usado somente na função crédito, e apenas para compras internacionais (sem débito nem possibilidade de saque).

Apesar da ausência de anuidade e taxas de manutenção, você terá que pagar outras tarifas para usar o cartão no exterior.

- Custo em cima do câmbio comercial: é adicionada uma taxa de 1% sobre a cotação do câmbio comercial dois dias antes do fechamento da fatura;
- IOF: a alíquota para realizar compras internacionais com cartão está definida em 6,38% do valor da compra.

3.2.1 AMBIENTE ORGANIZACIONAL

A forma com a qual uma empresa lida com o ambiente externo sugere trabalhar contextos macroeconômicos e relacionados a fatores políticos, econômicos e sociais, que se caracterizam como sendo de alta complexidade e devem ser abordados mediante a elaboração de planejamentos estratégicos eficientes. Ao se considerar o ambiente interno deve-se dar ênfase à cultura organizacional, que abrange mais que a organização em si, envolvendo os colaboradores que dela fazem parte.

A importância de se conhecer completamente os meios interno e externo da organização se relaciona ao fato de que seu bom desempenho remunera não apenas seus sócios, mas colabora diretamente com o desenvolvimento local e nacional. Desta forma, a organização assume um papel a mais no meio em que está inserida, na medida em que ela passa a estar ligada ao contexto externo de outras organizações e, ainda, de outros indivíduos, além dos que compõem seu quadro funcional. Portanto, pode ser notada a presença de uma relação próxima que abrange diversas esferas organizacionais e ainda estabelece com os agentes externos contatos de significativa contribuição para todos os envolvidos.

É importante frisar também que toda empresa é um sistema, isto é, "Um conjunto de elementos dinamicamente relacionados que desenvolvem uma atividade para atingir um objetivo ou propósito, operando sobre dados/energia/matéria, colhidos no ambiente que circunda para fornecer informação/energia/matéria."

Dito isso, o banco Inter pode ser considerado uma empresa de sistema aberto, pois a mesma interage com o ambiente e a sociedade de maneira completa. Ela interage com a sociedade e o ambiente onde ela atua. Essa interação visa provocar uma influência positiva nas pessoas, aumentando padrões de vida e o desenvolvimento da sociedade como um todo.

Assim, podemos dizer que toda empresa tem uma missão em relação à sociedade e que a missão das empresas corresponde aos seus objetivos permanentes, que consistem em aperfeiçoar a satisfação das necessidades humanas.

3.2.2 O MERCADO EXTERNO

Expandir o super app para além do Brasil e, quem sabe, desenvolver uma adquirente própria para, no futuro, quem sabe, destravar valor para que a companhia seja listada a parte em Bolsa, assim como a Cielo. É esse o racional por trás da compra do Banco Inter (BIDI 11) de uma participação na empresa de adquirência Granito.

De acordo com Ray Chalub, diretor de Conta Digital e Meios de Pagamento do Banco Inter, com a tecnologia da Granito, o banco poderá atender clientes que desejem comprar no super app do banco mesmo estando fora do Brasil.

"Quando a gente fala sobre situação internacional utilizando o Granito, temos um fluxo de dinheiro através das bandeiras de cartão de crédito (em compras realizadas via cartões, por exemplo). Então, (a compra) pode propiciar esse fluxo financeiro através de mensageria de débito e crédito e gerar situações interessantes para o Inter no mercado internacional", disse.

O Inter vai fazer um aporte primário de R\$ 90 milhões na Granito em troca da participação. O Banco BMG (BMG B4) e os executivos da Granito deterão 45% e 10% da empresa, respectivamente.

Fundada em 2015, a Granito atua no setor de captura de pagamento (adquirência).

"É uma aquisição de ponta a ponta para atender o mercado e adquirentes de meio de pagamento. Então, com essa tecnologia desenvolvida de forma proprietária, a gente vai conseguir atender as necessidades do ecossistema de forma personalizada e com um custo muito baixo" (Ray Chalub).

4. CONCLUSÃO

Mesmo sendo uma empresa relativamente nova, o Banco Inter se destaca por sua proposta inovadora (movimentação de conta sem nenhum custo sobre serviços básicos) e pelo aumento exponencial de correntistas (155% neste ano; atingindo a marca de 4,9 milhões no primeiro trimestre).

Conclui-se também, do presente trabalho, a importância do ano de 2014 para a empresa, sendo lançada a conta digital, facilitando o acesso aos serviços do banco e fomentando sua marca por todo o país.

Ainda que a empresa esteja em grande expansão, foi anunciado em agosto uma renovação de contrato que estenderá exclusividade à seguradora Liberty para vender produtos de seguros na rede do banco por mais 15 anos. O valor total da renovação é de 368 milhões de reais, com 60 milhões pagos à vista e o restante com base na performance.

Este acordo mostra que o banco sempre se pautou, ao longo dos anos, pela busca incessante por inovação; procurando aumentar ainda mais a gama de produtos oferecidos aos seus correntistas.

REFERÊNCIAS

Atual situação econômica do Brasil - Carta do Gestor - www.parmais.com.br

brasilecola.uol.com.br/sociologia/estado-bem-estar-social.htm

Descrição da empresa - pt.wikipedia.org/wiki/Banco_Inter

DIEESE – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIOECONÔMICOS. Disponível em , Acesso em 25/05/2010.

DIEESE – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIOECONÔMICOS. Disponível em , Acesso em 24 mai 2010.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em , Acesso em 15 mai 2010.

Inter em alta; governo autoriza 100% de participação estrangeira no banco-
www.moneytimes.com.br

MARQUES, Rosa Maria. Economia Brasileira. 3. Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2006.

Fundamentos de administração - Finanças Pessoais - Fernando Figueiredo (27/12/2019)

transferwise.com/br/blog/banco-inter-e-internacional

Mercado externo, Suno Notícias - Vinícius Pereira(18/11/2020)

www.sunoresearch.com.br/noticias/banco-inter-internacionalizacao-granito/

<http://www.professorwellington.adm.br/rh2.htm#:~:text=A%20EMPRESA%20COMO%20SISTEMA&text=O%20sistema%20fechado%20tem%20poucas.com%20rela%C3%A7%C3%A3o%20ao%20ambiente%20externo.&text=O%20sistema%20aberto%20tem%20uma.causa%20e%20feito%20s%C3%A3o%20indeterminadas.> Acessado em 22/11/2020.